

Rubem Alves



O VELHO QUE ACORDOU MENINO

Memórias de infância

PAIDÓS

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Rubem Alves

O VELHO QUE ACORDOU MENINO

Memórias de infância

3ª edição

PAIDÓS

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Rubem Alves, 2005
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2005, 2015, 2025
Todos os direitos reservados.

Revisão: Tulio Kawata e Wélida Muniz

Projeto gráfico e Diagramação: Negrito Produção Editorial

Capa: Filipa Damiano Pinto (@filipa_) | Estúdio Foresti Design

Ilustração de capa: John Hall. Toy Locomotive (1941). The National Gallery of Art/Rawpixel

Ilustrações de miolo: Elivelton Reichert

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Alves, Rubem, 1933-2014

O velho que acordou menino / Rubem Alves. – 3. ed. - São Paulo : Planeta do Brasil, 2025.
272 p.

ISBN 978-85-422-3812-9

1. Alves, Rubem, 1933-2014 - Infância e juventude 2. Escritores brasileiros - Biografia
I. Título

25-3637

CDD 928.699

Índice para catálogo sistemático:

1. Alves, Rubem, 1933-2014 - Infância e juventude

Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2025

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra 986, 4º andar – Consolação

São Paulo-SP – CEP 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

SUMÁRIO

Sobre as memórias	13
-------------------	----

PARTE I. *Boa esperança*

Os almanaks	21
Dona Sophia	24
O lugar	27
De novo dona Sophia	31
O rio Grande	43
Meu pai	46
Os juízes	56
O piano	59
Início da minha educação sexual	60
Os ratos e os queijos	66
Marilu	67
O cinema	69
Os artistas da capital	72
Amor sem fim	74
A maçã	75
A pharmácia e os remédios	76

Tio João Gordo	80
Fubina	82
Matando porco	85
Pitiu	87
O picolé	89
A casa	93
E, de repente...	96

PARTE 2. *A roça*

A roça	99
Os espaços	102
Minha mãe	105
Jeca Tatu	108
Zé Sapé	110
Remédios	112
Bicho-de-pé	113
Senhor Firmino	115
Adeus à roça	118

PARTE 3. *Lambari*

A caixa de laranjada	123
As marcas do sangue azul	127

PARTE 4. *Três corações*

Três corações	135
Um menino perdido na noite	137
Os centauros	138

PARTE 5. *Lavras*

Maria-fumaça	141
A viagem a lavras	143
Cidade católica	145
Meu avô e minha avó	150
Os americanos	155
O sobrado	159
As regras	164
O casal	170
As pedideiras de escolas	176
Como nascem os cabelos brancos das mães	177
O quarto do mistério	178
O relógio	181

PARTE 6. *Varginha*

Varginha	187
Meu primeiro furto	190
Minha precoce vocação para a engenharia	193
A solidão	196
A casa	199
Os brinquedos	202
O rádio	206
A guerra	208
A paineira	214
Uma criança chora	216
Anjos	218
Matei uma rolinha	220
Os carros de bois	223
Ovo frito	225

“Veja como estão agradecidas...”	227
Pé calçado, pé descalço...	228
A primeira vez que meu pai morreu	230
O padre	235
O presépio	238
O presente	240
Experiências inesquecíveis	242
O médico	244
Os livros	247
Os escorpiões	250
Os domingos	254
Chupando laranjas	257
A cozinha	258
Adeus à infância	266

OS ALMANAKS

Ignoro como foi que chegou às mãos do meu pai aquele exemplar do *Almanak Sul-Mineiro* do século 19. Estava num lamentável estado de conservação, faltando-lhe as páginas iniciais onde normalmente aparecem o nome do autor, o nome da gráfica e a data de publicação. Examinei atentamente o que restava, folhas rasgadas, soltas, em busca de alguma pista que me permitisse inferir a data. Meu esforço não foi em vão. Na parte dedicada ao município de Lavras, à folha 586, deparei-me com uma cifra referente ao número de escravos existentes no município, que somavam, em dezembro de 1882, 6053, número menor que os 7452 que havia em 28 de setembro de 1873. O *Almanak* explica que esse declínio no número de escravos se deveu a alforrias de negros, patrocinadas por um Fundo de Emancipação de Escravos, no valor de 64:660\$000. A publicação do dito *Almanak*, então, se deu em alguma data entre o ano de 1882 e 1888, data em que escravidão foi abolida. A cidade onde nasci encontra-se ali referida com o nome de Dolores da Boa Esperança. Entretanto, por ocasião do meu nascimento, em 1933, o “Boa Esperança” estava em desuso e a cidade era conhecida simplesmente como Dolores. Nasci “dolorense”.

O *Almanak* descreve a geografia, a cidade, a religião, as atividades culturais, as organizações de caridade, nomeia os profissionais mais importantes e relata os acontecimentos dignos de nota, como foi o caso de uma ventania nunca vista que fez voar uma rodeira de carro de bois por uma légua. No outro *Almanach Sul-Mineiro* de que disponho, organizado e editado por Bernardo Saturnino da Veiga e publicado em 1874, o autor diz que “o terreno é de conhecida uberidade e banhado pelo caudaloso rio Grande, que passa á duas léguas da cidade”. “Compõe-se a cidade de 240 casas, das quaes 5 de sobrado e 24 assobradadas, formando ellas seis largos ou praças e dez ruas. Existe no largo da matriz um chafariz público.”

Os chafarizes eram marca do progresso de uma cidade. Além de serem as fontes de água que abasteciam as casas, eles eram os lugares onde as pessoas se encontravam para conversar e namorar.

O autor do *Almanak* continua:

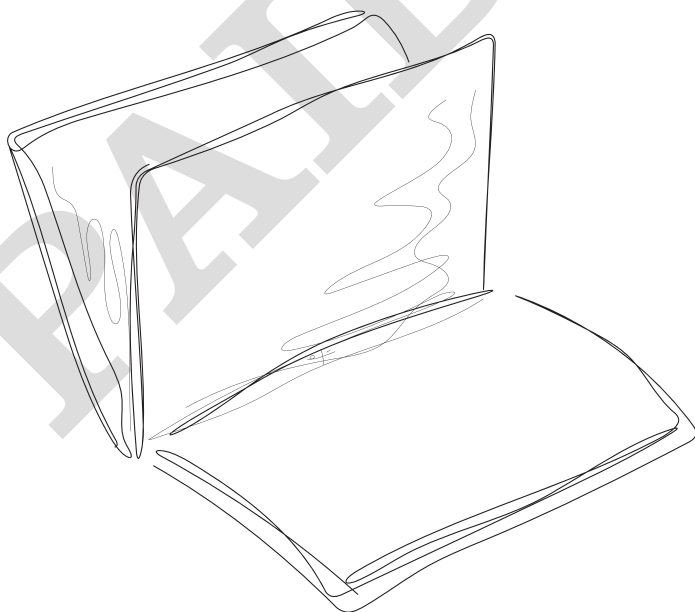
Os cereais são cultivados para o consumo local, mas já se faz também considerável exportação de queijos fabricados em muitas fazendas, que são os melhores da província no consenso geral e tão bons como os mais afamados da Europa. Possui um serviço de correios, a cargo de estafetas que levam a correspondência para Três Pontas aos dias 4, 10, 16, 22 e 28 de cada mês.

A seguir são nomeados os açougues, os advogados, o vigário, os alfaiates, os capitalistas, os fabricantes de cerveja e de licores, os fazendeiros, os ferradores, o fogueteiro, as costureiras, os cigarreiros, as doceiras, as floristas, os ourives, as parteiras, o pharmaceutico, o pintor, os rancheiros, os pedreiros, entre eles

vários escravos, os selleiros, os sapateiros, as tecedeiras, os hotéis, os marceneiros, o médico, os estabelecimentos de secos e molhados, o encarregado da música, as olarias, os depósitos de sal.

Relata ainda o *Almanak* de data incerta que havia em Boa Esperança quatro pianos.

Meu pai não se interessou por esses detalhes. O que lhe importava era outra coisa. Ajustados os óculos, ele deslizava o dedo sobre a lista dos notáveis da cidade, na esperança de ali encontrar algum antepassado ilustre com o sobrenome “Espírito Santo”. Encontrou o “Espírito Santo” entre os tropeiros. Ele não se abateu. Ele nunca se abatia. Era um feiticeiro. Mudava tudo pelo poder das palavras. Assim, ele falou e a mágica aconteceu: “Troeiro. Esse meu antepassado era dono de uma empresa de transportes...”.



DONA SOPHIA

O foguetório vinha lá das bandas do rio Grande. Ninguém ouviu. Só ela, a dona Sophia. Ninguém ouviu porque quase não se ouvia, de tão longe. Ela ouviu porque desde muito cedo pusera atenção nos seus ouvidos. Fora ela que contratara o fogueteiro com ordens expressas de não economizar. Por isso, porque seus ouvidos estavam à espera, ela foi a única a ouvir. Mas logo todos ouviriam. Ela sorriu de felicidade.

Naqueles tempos, os fogueteiros eram profissionais importantes. Eram listados nos almanaques ao lado dos notáveis da cidade. Sua importância se deve ao fato de serem arautos.

A importância dos arautos vem de longa data. Os reis se valiam deles para informar o povo de suas decisões. Tocavam-se os clarins na praça da vila e todo mundo corria: havia novidades. Os arautos das novidades nas cidadezinhas de Minas eram de três tipos. Primeiro havia os arautos vindos de lugares distantes conduzindo tropas de burros carregados com mercadorias das cidades grandes. Eram os mascates sírios e libaneses. O povo os chamava de “turcos”, o que os deixava muito bravos. Onde já se viu confundir sírios e libaneses com turcos? O povo não sabe geografia? Sobre eles falaremos mais tarde por haver

suspeitas de que eu tenha sangue sírio-libanês correndo nas minhas veias. Depois vinham os arautos do lugar. Os primeiros eram os sineiros, geralmente um sacristão ou coroinha, que puxava a corda e fazia os sinos tocarem, à semelhança do Corcunda de Notre Dame. Tocar os sinos era uma arte. Isso porque havia coisas alegres e coisas tristes a serem anunciadas. Por isso os toques tinham de ser diferentes. Havia toques alegres e toques fúnebres. Todo mundo conhecia a diferença. Quando se tratava de coisas alegres os sineiros não poupavam os sinos. Era uma farra. Um exemplo clássico dessa função alegre dos sinos se encontra ao final da *Abertura 1912*, de Tchaikovski, que foi composta para celebrar a vitória dos exércitos russos sobre as tropas de Napoleão. A *Abertura* termina com uma explosão triunfal de tiros de artilharia e o repicar descontrolado, bêbado, dos carrilhões. Nas cidades pequenas não havia eventos portentosos assim para serem celebrados, mas havia as missas, os casamentos, os batizados.

Mas os mesmos sinos se prestavam também para anunciar a morte. Aí o seu repicar ficava triste, vagaroso, lúgubre, choroso. Quando o toque fúnebre era ouvido, todos se persignavam e perguntavam: “Quem terá morrido?”. Meu pai, já velho, já estando remando no grande rio, voltou ao mundo da sua infância. Acho que a “terceira margem do rio” é a infância... Abriu um guarda-roupa e pôs-se a procurar alguma coisa. Perguntei: “O que é que o senhor está procurando, papai?”. Eu sempre o tratei por “senhor”. Ele me olhou com olhos enormes, olhos de um outro mundo e respondeu: “Procuro meu terno preto”. Mas não havia razões para um terno preto nem ele tinha terno preto. “Mas para que o senhor quer vestir um terno preto?”, perguntei. Ele me olhou e disse: “Você não está ouvindo o repicar fúnebre dos sinos?”. Estremeci. Não havia sinos repicando.

Os sinos fúnebres repicavam dentro da alma dele. A alma sabia que a hora estava chegando.

Mas os fogueteiros eram arautos só de alegria. Foguete estourou, coisa feliz estava acontecendo. Fogueteiro não era chamado para anunciar velório. Só pra anunciar a felicidade. Quem ganhava na loteria chamava o fogueteiro. Quando o time do lugar ganhava, mais foguetório. Meu pai uma vez contratou um foguetório para celebrar ter ganhado uma demanda com a prefeitura. Ele havia sido multado por excesso de velocidade. Isso em 1925, numa cidade que só tinha ruas de terra...

Pois fora a dona Sophia que encomendara o foguetório. Para celebrar. Para anunciar para a cidade inteira que o seu sonho estava se realizando.

O LUGAR

Era um Macondo, uma monotonia sem fim perdida no sul de Minas. O tempo estava cheio de horas em que nada acontecia, aquelas horas em que se vê o mundo melhor...

Seus nomes anteriores haviam sido Nossa Senhora das Dores do Pântano, Nossa Senhora das Dores do Pântano das Lavras do Funil, Dores da Boa Esperança e, finalmente, Boa Esperança. Poucos sabiam da sua existência.

Foi o Carlos Neto que deu fama a Boa Esperança. Que razões teriam levado o Carlos Neto a fazer aquela maldade com o Lamartine Babo? Não sei. Sei que ele tinha estado doente de amor. Há um desenho em que ele e a sua amada estão namorando de mãos dadas num banco de jardim com as gravatas amarradas. Naquele tempo, as mulheres usavam gravata. Aí sua amada o abandonou e o nó das gravatas se desfez. Para se curar da sua tristeza, ele escreveu a canção “Teu juramento”, que termina com um lamento:

Nas noites frias quando a lua vem cobrir com o manto seu
A estrada nua e desolada onde o nosso amor nasceu.
Vou tristemente pelas curvas do caminho abandonado
Solfeando a canção do triste exilado.

Hoje ninguém mais se lembra dela. Quantas canções se perderam no esquecimento...

Foi depois disso que ele fez a maldade. Pôs-se a escrever cartas de amor para o Lamartine Babo, assinando o nome de uma mulher inexistente, Nair. O Lamartine, que era tido como um dos homens mais feios que Deus colocou no mundo, carente de amor, apaixonou-se pela mulher que não existia. As coisas que não existem podem muito. Na verdade apaixonou-se pelas cartas. É fácil apaixonar-se por cartas. Porque as cartas, como as fotos, estão livres da presença da pessoa. E é mais fácil amar uma pessoa ausente. Disse o Cassiano Ricardo: “Por que tenho saudades de você no retrato, ainda que o mais recente? E por que um simples retrato, mais que você, me comove, quando você mesma está presente?”.

Gabriel García Márquez, no seu livro *O amor nos tempos do cólera*, conta o que aconteceu com o Fiorentino Ariza depois que sua amada Firmina Daza, obrigada pelo pai, casou-se com o doutor Urbino. Alucinado de amor, foi despedido do seu emprego de escriturário de uma companhia de navegação porque as frias cartas comerciais que deveria escrever passaram a ter a música de cartas apaixonadas. Tendo de ganhar a vida como podia, montou numa praça uma banca de produção de cartas amorosas, ao lado das bancas dos rúbulas e advogados novos que vendiam requerimentos e petições. Era-lhe muito fácil escrever cartas de amor. Se era um homem que a pedia, ele imaginava que a destinatária era a sua querida Firmina. Se era uma mulher que pedia, ele imaginava a carta que gostaria de receber da Firmina. Seu negócio prosperou. Um dia, um jovem lhe pediu que escrevesse uma carta para sua amada. Ele o fez, cheio de amor pela Firmina. Passada uma semana, uma jovem pediu-lhe que escrevesse uma carta em resposta a uma carta de

amor que recebera. Era tão maravilhosa que ela não se sentia em condições de respondê-la. Com essas palavras passou-lhe o envelope. Era a carta que ele escrevera a pedido do jovem. A partir daí ele se envolveu numa furiosa correspondência amorosa consigo mesmo, com o resultado de que os dois ficaram perdidamente apaixonados um pelo outro e resolveram se casar. Uma vez casados, pelas conversas que trocaram, descobriram o que acontecera. Quando o seu primeiro filho nasceu escolheram o Fiorentino como padrinho... Tudo por causa das cartas.

O Carlos Neto ignorava o poder das cartas. Não imaginou que o Lamartine Babo iria se apaixonar pela Nair que não existia. Apaixonado pela Nair, sem saber que sua paixão real era pelas cartas, resolveu visitar a sua amada que morava em Dorcas da Boa Esperança. O telegrama dizia: “Nair: chego sexta-feira. Abraço respeitoso. Lamartine Babo”. O Carlos Neto ficou em pânico. Convenceu sua irmã a fazer passar-se pela Nair, sem adverti-la da feiúra do Lamartine. Foi desamor à primeira vista. Trancou-se no quarto. Os sonhos do Lamartine desabaram. Nada de passeios românticos pelos jardins ao perfume das murtas, nada de mãos dadas, nada de gravatas amarradas... Lá estava o Lamartine com a sua paixão, sem um objeto onde colocá-la. Mas paixão não consegue viver assim, solta. Foi então que ele viu a serra da Boa Esperança ao longe e a sua paixão se agarrou a ela. E o seu amor se transformou numa canção. Meus parentes me contaram: “Ele se assentou naquele banco ali, na praça, e lá escreveu a canção, letra e música...”.

Nós os poetas erramos, porque rimamos também
Os nossos olhos nos olhos de alguém que não vem
Serra da Boa Esperança não tenhas receio
Hei de guardar tua imagem com a graça de Deus

Oh minha serra eis a hora do adeus vou me embora
Deixo a luz do olhar no teu luar
Adeus.

Quem lê com atenção percebe que não é sobre a serra que ele fala. Rimar os olhos “nos olhos de alguém que não vem”, deixar “a luz do olhar no teu olhar” – essas coisas não se dizem a uma serra. A serra da Boa Esperança tinha um nome de mulher: Nair...

Foi a tristeza de amor do Lamartine que transformou aquela cidadezinha desconhecida numa canção. Se o amor tivesse dado certo, ele não a teria escrito. E Boa Esperança não teria sido cantada.

Um dia subi até o alto da serra. Lá de cima se vê o vale lá embaixo. Boa Esperança, diminuída na distância, deitada entre o verde dos campos e o azul do rio Grande, imenso, que Furnas transformou em mar. Lá de cima, olhando para baixo, a gente pergunta: “O que estarão fazendo?”. Antoine de Saint-Exupéry fazia a mesma pergunta nos vôos noturnos, ao ver os pontos luminosos que marcavam casas e pessoas, lá embaixo, no meio da escuridão. Vi uma pedra no chão, pedra comum, sem nada de especial, e pensei que ela estava lá há milhões de anos, contemplando o vale. Peguei os milhões de anos nas mãos e o vale que ela tinha dentro. Aí fiz uma maldade: tirei-a da sua casa e trouxe-a para o meu escritório. Quando olho para ela, lembro-me da serra e do vale...

DE NOVO DONA SOPHIA

Dona Sophia era minha avó por parte de pai. Dela não tenho memórias. Lembro-me dela como um fantasma sem rosto de saia comprida movendo-se pela casa. Nunca nos olhamos face a face, olho no olho. Minha amnésia talvez se deva ao fato de que ela nunca me pegou no colo nem passou a mão no meu cabelo. Se tivesse me amado, eu me lembraria dela. “O que a memória ama fica eterno...” Lembro-me com nitidez de quando ela morreu. Era noite. A notícia chegou pelo telefone da cadeia, que ficava a cem metros da nossa casa. Eu tinha sete anos. Não senti nenhuma tristeza. Na verdade, não senti coisa alguma. Como se fosse a morte de uma pessoa desconhecida. Quem se perturbou mesmo foi a Astolfina, que estava com nossa família desde a infância. Era costume. Os negros, sem poder sustentar família, davam as filhas a famílias de posses. Para trabalhar como empregada. Mas não eram empregadas porque não tinham salário nem dias de descanso. De um certo jeito, passavam a fazer parte da família. Assim era a Astolfina, apelidada carinhosamente de Tofa. Pois a Tofa perturbou-se com a morte da dona Sophia não por razões de amor. Perturbou-se por razões de pavor. Recusou-se a dormir sozinha no seu quarto. Ficou com medo de que a

defunta lhe puxasse o pé. Naquela época era frequente que os mortos puxassem os pés dos vivos. Veio então dormir no nosso quarto, no vão entre a minha cama e a do Ivan, meu irmão. Pois não é que o Ivan, de noite, apertado de xixi, baixou a mão para pegar o penico que estava debaixo da cama, mas no escuro errou a direção e em vez de pegar o penico agarrou o pé da Tofa? Foi um dueto de pavor: soprano e tenor.

O que sei da minha avó são fragmentos duvidosos que me passaram. Mas me lembro com nitidez do seu retrato sobre o piano. Acho que ela deve ter gostado de o retrato dela ter sido colocado sobre o piano e não numa moldura oval, pendurada na parede da sala de visitas. O normal de toda casa era que os mortos fossem transferidos para a galeria dos antepassados falecidos, na sala de visitas. Os mortos, do alto dos pregos em que estavam pendurados, vigiavam os vivos através do vidro dos seus ataúdes ovais, com olhos permanentemente abertos. Eram fotografias em preto e branco. Mas logo chegaram os progressos da modernidade, e os fotógrafos passaram a maquiar os retratos com tons rosa, para que parecessem corados. Mortos com bochechas rosadas...

Havia mesmo lugares em que a prova suprema de amor para com o falecido era ter o retrato do defunto, no caixão mortuário. Levei um susto a primeira vez que vi, mas dissimulei. Olhei, compungido e respeitoso. Mas pensei que aquilo era o cúmulo do mau gosto. Pensei que eu não colocaria o retrato da pessoa amada deitada no caixão, mãos cruzadas no peito, olhos fechados e algodão no nariz pendurado na minha sala. Aí meu pensamento saltou do espanto para o humor. Fiquei intrigado. Como é que tiraram o retrato do morto? Não havia as máquinas fotográficas de hoje, pequenas e fáceis de manejar. Tirar retrato era um evento raro que requeria uma complicada parafernália,

máquinas enormes e desajeitadas sobre um tripé, o fotógrafo com a cabeça enfiada dentro de um saco de pano preto, ligado à câmera, acho que para ajustar o foco. Aí me pus a imaginar a cena. Não era possível pendurar a máquina fotográfica no teto para fotografar o morto, de cima para baixo, deitado no caixão. O único jeito era pôr o defunto em pé. Imaginei dois homens fortes pegando o caixão pela cabeça e levantando-o com cuidado para que o defunto, duro, não caísse para a frente. O fotógrafo preparava a sua máquina e posso imaginar que algum deles, levado pelo hábito, dissesse na hora H: “Por favor, não se mexa”. O defunto não se mexia, e o fotógrafo apertava o botão e, depois dos banhos químicos sabidos, o negativo virava quadro emoldurado que era pregado na sala de visitas, para ser contemplado por todos os visitantes. Aquelas casas eram um velório permanente.

Ao reler esse texto dei-me conta dos meus preconceitos culturais. Por que achar que a fotografia de um morto na parede de uma sala pobre é mau gosto? Não é verdade que eu gostaria de ter na minha sala a máscara mortuária de Beethoven, a máscara de um cadáver? E a tela que Monet pintou da sua adorada Camille na urna mortuária, não está ela cheia de ternura e tristeza?

Qual terá sido a origem desse costume de pendurar os retratos dos mortos nas paredes? Teria sido por amor? Pode ser. Mas acho mais provável que esse costume seja um ritual para apaziguar os mortos, para garantir que eles fiquem longe, no outro mundo. Há sempre o perigo de a casa passar a ser mal-assombrada se os mortos ficarem bravos por não se sentirem lembrados. O luto, ao contrário, acho que era um ritual para apaziguar os vivos.

O luto anuncia a tristeza. Anuncia que o morto ainda está vivo na saudade. As mulheres se vestiam de preto por um ano para assim demonstrar que eram mulheres “honestas”, que ainda não se haviam esquecido, que não estavam à caça de um novo marido. Uma viúva de vestido colorido não podia ser mulher “honesta”...

Do retrato da minha avó Sophia, eu tenho memória nítida. De perfil, nariz decidido e forte, como aquelas efígies cunhadas nas pratinhas de dois mil-réis. Impassível, sem uma ameaça de sorriso, cabelo esticado para trás, terminando num coque, gola de renda. Dir-se-ia que ela estava fora do tempo.

Pouco se sabe dos seus antepassados. Na ausência de informações documentadas, só me resta a fantasia. Antepassados índios, o que não é descabido porque os relatos sobre a fundação da vila diziam que houve confrontos entre os aventureiros de espingarda e facão em busca de ouro e os índios que habitavam a região.

Dos índios de outros tempos apenas conheci dois cacos verbais. Meu pai, quando uma pessoa estava num aperto financeiro, dizia: “Ele está num tipiti danado”. Eu entendia o que ele dizia: estar num tipiti é estar num torniquete. Mas nem ele nem eu sabíamos o que era tipiti. Fiquei sabendo depois de grande, quando vi um. É um artefato indígena usado para espremer a mandioca ralada até que todo o caldo lhe seja tirado. Por um salto metafórico, estar num tipiti é estar ralado, apertado.

O segundo remanescente verbal que encontrei foi o nome que davam à farinha de mandioca. Era farinha de suruí. Ora, suruí era o nome de um povo indígena que morou naquele lugar e não estava mais lá. Sobrou o seu nome, na farinha. Desse tempo de mistura entre aventureiros e suruis é possível que tenha nascido um ancestral da dona Sophia, e meu.

Mas o meu primo Tatão fantasiou mais, ao observar que eu e meu irmão Ismael temos cara, nariz e cabeça de libanês. Acon-

teceu mesmo, certa vez, no mercado velho de Salvador, que um patrício tenha se dirigido a mim em árabe e insistido na conversa mesmo depois de eu lhe haver dito que não falava a língua. Ele não acreditou...

Quando eu era menino, os grandes, nas rodas de conversa de que eu participava, viviam repetindo “antigamente”, antigamente. Perguntei quando era antigamente e eles me deram respostas indefinidas, sem data certa. Agora eu sei: antigamente é um tempo que se foi, mas que se recusa a ir de vez e fica dentro da gente, atormentando o coração com saudade. Agora eu também falo do antigamente, o passado ausente, o “naqueles tempos” (havia a expressão tempo do onça. Era um antigamente mais antigo que o antigamente... Sabia disso. Mas ainda não entendo o que é “o onça”). O antigamente vai mudando. O antigamente dos meus pais era mais antigamente que o meu antigamente de agora. O meu antigamente de agora, o meu naqueles tempos é fogão de lenha, galinhas ciscando no quintal, velas e lamparinas, penicos debaixo da cama, lavar os pés do meu pai numa baciinha de ágata, colchão de palha de milho, cadeiras na rua depois da janta, uns visitando os outros sem avisar, Emulsão Scott em julho, purgantes para limpar os intestinos, os humilhantes chás-de-bico...

Naqueles tempos, sem jornal e sem telefone, um dos mais importantes veículos de comunicação de cultura eram os mascates sírio-libaneses. Chegavam à cidadezinha, a notícia corria, o povo ajuntava, e eles abriam suas malas cheias de mundos encantados, tecidos, perfumes, bijuterias, rendas, óleos embelezantes, pó-de-arroz, *rouge*, *bâton*, canivetes, facas, fumos, anzóis, pitos, as “últimas novidades” das grandes cidades e, não raro, medicamentos maravilhosos para uma infinidade de males. De repente o mascate turco se estabelecia como centro da vida da cidade, assunto

das conversas, lugar de desejos. Pra vender tinham de ser bons de bico e o seu sotaque acrescentava às suas quinquilharias um ar de artigo importado. As mocinhas, acostumadas à fala caipira arrastada dos moços do lugar, ficavam encantadas com aquele homem de fala fácil que sabia tantas coisas de outros mundos. Da conversa, nasciam sonhos... É fácil imaginar que as ditas mocinhas, encantadas com o homem, acreditassem na sua promessa: eles se casariam, iriam para a cidade grande e ela teria lindos vestidos... É curto o caminho que vai dos sonhos a algum terreno baldio escuro... Vendidas as quinquilharias, o mascate se ia prometendo voltar em breve, e ela ficava esperando, esperando, enquanto a barriga crescia e o vestido ficava cada vez mais curto...

Pois na linhagem da dona Sophia há uma ancestral filha bastarda cujas origens nunca foram explicadas. Nem o nome dela eu sei. Mas gostaria de ter ouvido da mãe dela sua história de amor e dor. Assim, não é de todo improvável que no passado de dona Sophia haja uma história de amor pecaminoso entre uma adolescente bobinha e um mascate turco espertalhão. Razão para meu perfil árabe.

Dona Sophia nasceu num tempo errado. O tempo das Dores de Boa Esperança era o tempo da “moagem”, palavra que os próprios filhos da terra inventaram. Moagem, de moer. Ficar rodando, como a moenda. A moenda que mói a cana, quando não era movida pela água, era movida por um burro preso à trava da atafona que andava em círculos o dia inteiro. Andava devagar. Não tinha pressa. Seu caminho levava a nada. Era circular. Voltava sempre ao início, girando, girando, andando sem sair do lugar. Assim é o ano, o tempo girando, voltando ao princípio, sabedoria do Eclesiastes, o que foi, isso é o que será, não adianta

se afadigar, geração vai, geração vem, o sol nasce, o sol se põe, os rios correm para o mar e depois voltam ao seu início, tudo roda, o pão que joguei no rio ontem voltará a mim amanhã, porque os rios também giram. Tempo do Eterno Retorno de Nietzsche ou do tempo circular de Einstein. Quem navega nesse tempo circular sabe da inutilidade de tudo o que se faz, assim só cuida de que amanhã seja igual a ontem. Melhor é se abandonar ao manso ir das águas...

Altino Alves do Espírito Santo, marido da dona Sophia, acho que se inspirava no burro e se abandonava a uma tranquila preguiça própria de quem sabe da inutilidade de tudo o que se faz. Estava feliz em Macondo.

Dona Sophia arrebentou a trava da atafona. Recusou-se a andar em círculos. O seu tempo era outro. Queria apressar o rio. Remava. Não aceitava a pachorra da natureza. Era uma mulher moderna. Se a bula do miraculoso Elixir de Nogueira – o retrato do doutor Nogueira, bigodes retorcidos, impresso no rótulo, um “santo remédio”, “eficaz no tratamento de escrófulas, dardthros, boubas, inflamações do útero, corrimento dos ouvidos, gonorrhéas, fístulas, espinhas, cancros venéreos, rachitismo, flores brancas, úlceras, tumores, sarnas, reumatismo em geral, manchas da pelle, affecções do fígado, dores no peito, tumores nos ossos, latejamento das artérias” –, se a bula dizia que era para tomar uma colher no almoço e outra na janta, dona Sophia argumentava com precisão matemática, regra de três: se duas colheres ao dia produzem cura em sessenta dias, oito colheres ao dia produzirão a cura em quinze dias. Ela já pensava conforme a lógica da indústria: para se encurtar o tempo, basta aumentar a velocidade. O progresso se produz conquistando o tempo vagaroso da natureza. Outra evidência da modernidade da dona Sophia, sua revolta contra a natureza, está numa coisa estranha

que, segundo testemunhas fidedignas, ela fazia: se ela determinava que era preciso regar a horta, não importava que estivesse chovendo. De guarda-chuva aberto e regador na mão, ela regava suas couves e seus quiabos. O tempo da dona Sophia não girava. Era o tempo do progresso, dos “novos tempos”, das novidades. Pois uma fábrica não é um espaço em que as ações dos homens estão fora das flutuações do tempo?

Tenho, no meu escritório, uma relíquia da sua riqueza: um calendário que descobri jogado num museu. É uma gravura evidentemente importada. O cenário é bucólico. Ao fundo, uma campina cortada por um caminho. Separando esse fundo indefinido do “palco”, uma cerca de madeira, troncos roliços de *birch*, na horizontal, revelando que se trata de um cenário europeu ou norte-americano. No Brasil não se faziam cercas assim. Uma dama elegantemente vestida, enorme chapéu, sombrinha vermelha com franjas brancas, sapato preto bicudo com fivela dourada, a filha de uns 10 anos também com chapéu e vestido rendado cor-de-rosa, a brincar com um *collie*, raça de cachorros estrangeiros que lá não havia. No calendário estava escrito:

1917 – Boas Festas

SOPHIA ALVES DO ESPÍRITO SANTO

NEGOCIANTE

Fazendas, Armarinhos, Ferragens, Calçados, Chapéus,
Louças, Perfumarias, Couros e Molhados

Praça da Boa Morte – Telephone N. 4

Dores da Boa Esperança – Sul de Minas

Dona Sophia era uma negociante de sucesso. Esse era o seu sonho: queria ficar rica. Se ficasse rica, ficaria feliz. Respeitava

todas as crendices relativas à riqueza. Como, por exemplo, aquela que diz que caixa de marimbondos na casa atrai dinheiro. Aconteceu que a dona Sophia contratou pintores para pintar sua casa. Lá no alto havia duas caixas de marimbondos, marimbondos de fogo... Ela pensou que queimar as caixas para completar a caiação poderia trazer azar. Decidiu: ordenou que o pintor pintasse também as caixas dos marimbondos da mesma cor, integrando-os, assim, afetuosamente, à sua própria casa. Não sei como foi que os pintores cumpriram a ordem sem serem ferroados pelos ditos. Acho que esperaram a noite, quando os marimbondos se recolhem... Mas os marimbondos não entenderam a beleza do gesto da minha avó. Fugiram pra nunca mais voltar.

Nascida pobre, pôs-se a trabalhar com vontade de ferro e rica ficou. Seu estabelecimento equivalia a um shopping center. O dinheiro sobrava. Tanto assim que ela podia se dar ao luxo de mandar imprimir o dito calendário de arte a ser distribuído para os fregueses como brinde de Natal. E, acima de tudo, tinha o telephone. N. 4.

É possível que você, leitor, não saiba como eram os telefones de antigamente que foram parte da minha infância. Vou explicar. Na casa ficava o telefone, com uma manivela. Desse telefone partia um fio que o ligava à central telefônica. Na central telefônica ficava a telefonista, assentada diante de um painel. Na mesa do painel estavam os machos ligados aos fios dos telefones chamantes. Na parte vertical do painel estavam as fêmeas dos telefones para onde a ligação deveria ser feita. Quero fazer um telefonema. Dou três giros curtos na manivela do meu telefone para me comunicar com a telefonista. A telefonista ouve uma campainha e me atende com a pergunta: “O número, faz favor...”. Eu digo: “Telefonista, por favor, 272”. A telefonista procura, no painel vertical, a tomada com o número 272. Toma

então o plug do meu telefone e enfia-o na tomada do 272, macho e fêmea, dando a seguir um sinal para que o telefone 272 saiba que há uma chamada. A campainha do telefone 272 toca. A pessoa atende. Está feita a ligação. Terminada a ligação, gira-se a manivela novamente três vezes, para que a telefonista saiba que a ligação terminou.

Nas cidades muito pequenas não era assim. Todo mundo se conhecia. Dona Sophia chamava a telefonista. A telefonista atendia: “Com quem a senhora quer falar, dona Sophia?”. “Cidinha, quero falar com a Genny”. A telefonista ligava para a Genny, que atendia do outro lado da linha. “Quem me chama, Cidinha?” “É a dona Sophia...” E assim ia. A telefonista ouvia as ligações e sabia da vida de todo mundo. Os telefones estavam sempre grampeados e ninguém protestava. A telefonista era o centro de fuxicos da cidade.

Aí eu me pergunto: para que um telefone? Quantos telefones haveria em Dores da Boa Esperança? Cinco? Dez? O tempo passava devagar, as pessoas preferiam ir caminhando pela rua, vendo coisas, encontrando gente, papeando... Só os metidos a rico, ganjentos, usariam o telefone para se exhibir. Interurbano nem pensar. Mesmo que se conseguisse fazer a ligação, o que era raro, quase não se conseguia ouvir. Era preciso berrar. Foi aos berros que o Pitiu ordenou que se dinamitassem as pontes. Sobre esse notável cavalheiro falaremos mais tarde. Qual a razão que levou dona Sophia, mulher prática, a colocar um telefone no seu estabelecimento? Colocou um telefone no seu estabelecimento para que ele aparecesse no calendário que iria dar de brinde aos seus fregueses. Ter um telefone naqueles tempos era o mesmo que ter um Mercedes hoje. Os motivos psicológicos que movem o comportamento humano não mudam. É preciso conhecer psicologia para entender a alma da economia. Como

disse Veblen, os homens não compram utilidades. Eles compram símbolos. Em Dores da Boa Esperança, não havia nada mais inútil que um telefone. Mas ele, o telefone, tinha um poder simbólico extraordinário. Hoje é raro que alguém compre um Mercedes por razões práticas. Compra-se um Mercedes para publicar no calendário...

O conselho que Maquiavel deu ao príncipe, afirmando que o importante não é ser virtuoso mas parecer virtuoso, se aplica também ao mundo dos negócios: o importante não é ser rico, é parecer rico. Se você parece rico, os bancos lhe dão crédito, e você fica rico. Mas se você é rico sem parecer, os bancos não lhe emprestarão um tostão... Dona Sophia, sem ter lido Maquiavel, chegou à mesma conclusão por pensamento próprio. Não se contentava em ser rica. Queria parecer rica. Certa vez, viajou até o Rio de Janeiro com o meu pai. Naqueles tempos, caçar de alguém era uma prática corriqueira. Caçava-se dos feios, dos aleijados, dos bobos, caçava-se de tudo o que fosse diferente. Pois a dona Sophia ficou com medo de que os carregadores de mala da cidade grande caçassem dela, por causa do peso de sua mala, muito leve. Mala leve é símbolo de pobreza. Assim, inteligente, ela logo arranjou um jeito de parecer rica aos olhos dos carregadores. Embrulhou alguns tijolos e os colocou dentro da mala. A mesma mala. Mas o peso mudou o símbolo! Esse mesmo medo primitivo reapareceu no meu pai, depois de velho, já navegando no rio sem fim. Ele só saía de casa com uma nota aparecendo no bolso da camisa. Aquela nota dizia àqueles com quem se encontrasse: “Tenho dinheiro. Sou rico”.

A riqueza que o calendário-brinde de 1917 anunciava é nada se comparada com o noticiado no jornal *A Esperança*, de 20 de novembro de 1927. Na página 4 aparecem dois grandes anúncios. Um, da firma Sophia Alves do Espírito Santo, em que se

anunciava que sua firma era correspondente dos bancos do Brasil e Commercial e também agente da Studebaker do Brasil. O outro, da firma H. Alves & Cia., seu filho, meu pai, que se apresentava como compradora de café para exportação, tendo um armazém com grande *stock* na estação de Jacaré, sendo também correspondente dos bancos do Crédito Real de Minas Geraes e Commercio e Industria de Minas Geraes, além de ser agente da Standard Oil Company.

É preciso notar que o sucesso de dona Sophia nos negócios se deu pela conjugação de vários elementos: determinação férrea, capacidade de empreender, tino comercial e realismo em questões de dinheiro. Por isso alguns a acusavam de pão-dura. Não admitia jogar dinheiro fora. Gastar dinheiro com calendário tudo bem, porque isso era propaganda que reverteria em lucro para a empresa. Mas dar gorjeta pra garçom é jogar dinheiro fora, sem retorno. Evidência desse traço do seu caráter aconteceu na viagem que fez ao Rio de Janeiro na companhia do meu pai, um mão-aberta que fazia questão de exibir sua riqueza. Ela sorrateiramente recolhia as gorjetas que ele deixava nas mesas dos restaurantes para os garçons.

Mas a dona Sophia não se sentia realizada com toda a sua riqueza. Faltava-lhe alguma coisa que não se compra com dinheiro. Rica ela era. Mas era plebéia. Sangue ruim, misturado, de origens desconhecidas. Não tinha pedigree. O que ela mais desejava era ter aquela estirpe nobre que o *Almanak* lhe negava. Era comum que os homens ricos comprassem títulos de nobreza. Com dinheiro, os covardes viravam coronéis, majores e capitães. Mas não havia nada parecido para as mulheres. Elas não podiam comprar títulos. Mas havia um outro jeito...